

**EIXO 2: Políticas de Educação Básica e de Formação e Gestão Escolar**  
**AÇÕES MUNICIPAIS A PARTIR DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**  
**DE ALFABETIZADORES**

Elis Regina dos Santos Viegas

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

proelisregina@hotmail.com

O presente estudo teve por objetivo analisar as ações de formação continuada na rede pública municipal de Dourados-MS, buscando um olhar sobre a proposta de formação em serviço dos professores alfabetizadores, oferecida pelo Projeto Trilhas, no período de setembro a dezembro de 2012. Para tanto foram realizados estudos bibliográficos e documentais, em uma perspectiva qualitativa; como também a pesquisa de campo junto a Secretaria Municipal de Educação de Dourados. Constatou-se que, o município oferece formação aos professores alfabetizadores que atuam na rede pública municipal, todavia, as ações ainda são pontuais; tendo em vista, a inexistência de uma política contínua de formação docente.

Palavras-chave: Formação Continuada; Alfabetização; Projeto Trilhas.

Desde 2006, a rede municipal pública de ensino de Dourados vem promovendo formações continuadas para alfabetização. Essas formações iniciaram-se com advento das Leis nº11.114/2005 e nº 11.274/2006, que instituíram o ensino fundamental de nove anos.

No ano de 2012 o município de Dourados aderiu ao “Projeto Trilhas” oferecido Ministério da Educação em parceria com o Instituto Natura. O foco do projeto é o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura, escrita e oralidade no período de alfabetização.

Para melhor compreensão do desenvolvimento da formação assinala-se a fala de uma professora que atua nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal sobre a prática da leitura “Existem visões bem diferenciadas quanto ao uso da leitura na rotina da sala de aula. Percebo que ainda estamos presos a um ensino tradicionalista. Temos muitas dificuldades em buscar uma prática mais inovadora”. Em outro momento a técnica da Secretaria de Educação do município, responsável pela formação continuada do projeto aponta “Não queremos que os professores só leiam os livros de histórias e, depois encham o caderno da criança de ba, be, bi, bo, bu, pois essa não é a proposta do curso, muito menos do projeto. Os professores devem conhecer boas obras, para isso o professor tem que ser um bom leitor”.

Percebe-se, a partir das falas da professora e da técnica, que já existe uma prática de leitura de livros na sala de aula, porém essa prática não acontece de forma sistematizada. Entretanto, os docentes demonstraram durante a formação continuada ter consciência da necessidade de mudar a forma de organização da leitura em sala de aula.

Ao final do curso houve uma avaliação dos encontros de estudos, considerando os objetivos pedagógicos da formação. Quarenta professores responderam a avaliação. Constatou-se que à respeito das respostas dos professores em relação aos objetivos da formação, verificou-se que 80% dos professores dos anos iniciais consideraram como “suficiente” a apropriação das concepções do Projeto Trilhas, juntamente com vivência de possibilidades de uso e apoio pedagógico. Com relação ao objetivo de construir formas pedagógicas que, possibilitem potencializar o uso do projeto nas escolas 70% dos professores consideraram como “bom”. Também, 60% desses docentes participantes da formação avaliaram como “bom” o objetivo de definir as possibilidades e demandas para implantação da formação continuada no município e de ações para o incentivo à leitura nas escolas. Quanto ao objetivo de fortalecer a rede de formação no município, 75% dos docentes analisaram como “bom”, não consideraram como suficiente. Já o objetivo de refletir sobre o planejamento das aulas propostas pelo material do Trilhas, quase que todos os professores 95% apontaram como “suficiente” a iniciativa dessa formação. E por fim o objetivo de refletir e discutir as questões referentes ao ensino fundamental de nove anos (oralidade, leitura e escrita) os docentes ficaram quase que divididos 47% consideraram “bom”, enquanto 53% avaliaram como “suficiente”.

De acordo com análise percebeu-se que de alguma forma o Projeto Trilhas, voltado a qualificação dos professores alfabetizadores no município de Dourados cria espaços para troca de experiências entre os docentes e contribui para a produção de novos saberes. Entretanto, o município não tem tomado medidas para o desenvolvimento de formações contínuas, ficando apenas em ações pontuais o que se configura como obstáculos a serem superados pelas políticas locais.

## **Referências**

BRASIL. Lei n. 11.114, 16/05/2005. **Altera os arts. 6o, 30, 32 e 87 da Lei 9.394**, de 20/12/1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.274, 06/02/2006. **Altera os arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394**, de 20/12/1996. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://presidencia.gov.br/ccivil/ato2004-2006/2006/lei/11274.htm>. Acesso em: fev de 2012.